

AZ@BXL

Número: 325

Data: 2024.07.19

No título: [Costa Norte PRO1SMA, Parque Natural de Santa Maria.](#)

Nota: A [série](#) atual percorre os trilhos pedestres dos Açores (61). A trigésima oitava edição aventura-se pelo trilho da “[Costa Norte PRO1SMA](#)”, na ilha de Santa Maria. Este trilho inicia-se nas Feteiras de Baixo, freguesia de São Pedro e encaminha-se em direção a norte, propondo um desvio meritório à Baía do Raposo. No regresso, o percurso atravessa a Área de Paisagem Protegida do Barreiro da Faneca e faz um desvio à Ponta do Pinheiro que oferece uma vista privilegiada sobre a costa norte da ilha. Depois segue em direção à Ponta dos Frades, onde se podem observar icnofósseis, descendo posteriormente para os Anjos, onde cessa.

Inicie o trilho na Estrada Regional, junto à paragem do autocarro, no lugar das Feteiras de Baixo, na freguesia de São Pedro. Comece por descer o caminho que entronca com a Estrada Regional e, após 400 metros, vire à esquerda na canada de terra batida que o guia até à costa norte. Ao chegar à costa, vire à direita até encontrar o atalho que desce à Baía do Raposo, umas das baías que integra a Área de Paisagem Protegida do Barreiro da Faneca. Nesta zona, poderá apreciar duas azenhas, a levada que as alimenta e um lagar em ruínas. Subindo ao longo da Ribeira do Engenho, acederá a uma pequena, mas bonita cascata.

Suba o caminho de pé posto e vire à direita, através de uma mata de pau-branco (*Picconia azorica*), seguindo na direção do Barreiro da Faneca, um dos geossítios prioritários da ilha. Ao chegar a esta paisagem única nos Açores, contorne pela esquerda e prossiga na canada ladeada por incenso (*Pittosporum undulatum*) e pau-branco (*Picconia azorica*). Nesta fase do percurso, sobre terreno árido, existem vários desvios com acessos a miradouros sobre a costa norte, destacando-se o Miradouro da Ponta do Pinheiro, da Baía da Cré e Monte Gordo, onde existe uma vigia da baleia, de onde se pode observar toda a Área Protegida de Gestão de Recursos da Costa Norte e a vista desde a Ponta dos Frades até ao Ilhéu das Lagoínhas. Em seguida, desça no sentido da Ribeira do Lemos e depois no sentido da Ponta dos Frades, podendo observar nos terrenos anteriores à Ponta dos Frades icnofósseis provocados por bioerosão. Posteriormente desça em direção aos Anjos, até próximo da estátua de Cristóvão Colombo onde termina o percurso. Aproveite a qualidade da zona balnear no local.

Créditos: [Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas](#)

DESTAQUES



[Parlamento Europeu inicia a décima legislatura](#)

[Ursula von der Leyen reeleita presidente da Comissão Europeia](#)

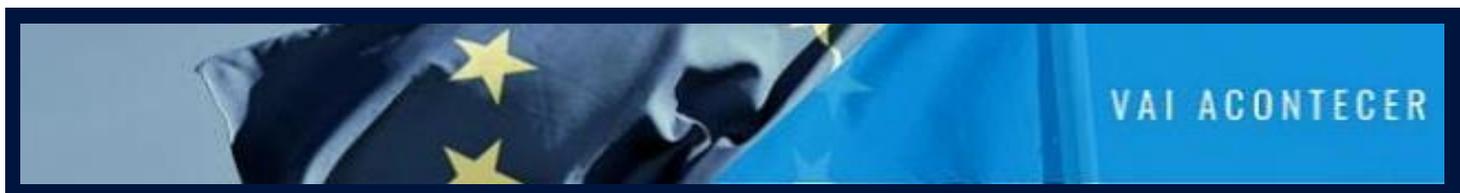
[Composição das comissões e subcomissões do Parlamento Europeu](#)

[Procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos: Conselho aprova conclusões](#)

[Receitas fiscais ambientais registam ligeiro declínio em 2022, mas já equivalem a 2% do PIB da UE](#)

[Aberto período de candidaturas aos estágios promovidos pela Comissão Europeia](#)

[Crianças em risco de pobreza ou exclusão social em 2023](#)



Até 21 de julho



Consulta pública relativa à revisão do regulamento de *minimis* para o setor agrícola

A Comissão Europeia abriu uma [consulta pública](#) relativa à [revisão do Regulamento de *Minimis* para a agricultura](#). Todas as partes interessadas podem responder à consulta pública até 21 de julho de 2024. O Regulamento *de Minimis* no setor agrícola isenta os auxílios de montante reduzido do controlo dos auxílios estatais, uma vez que se considera que não têm impacto na concorrência e no comércio no mercado único. Na sequência da sua última [revisão, em 2019](#), os Estados-Membros podem atualmente conceder apoio ao setor agrícola até 20 mil euros por beneficiário, durante um período de três exercícios fiscais, sem notificação prévia à Comissão para aprovação. Segunda a **proposta de revisão da Comissão**, por exemplo, **o aumento do limite máximo de *minimis* ao longo de três anos passa de 25 mil euros para 37 mil euros, de modo a ter em conta a inflação.**

22 de julho



Conselho dos Negócios Estrangeiros

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE [debaterão](#) a agressão russa contra a Ucrânia, após uma troca informal de pontos de vista por videoconferência com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Ucrânia, Dmytro Kuleba. O Conselho realizará em seguida um debate sobre a situação no Médio Oriente, à luz dos desenvolvimentos recentes. Durante o almoço, os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE procederão a uma troca informal de pontos de vista com a presidente do Banco Europeu de Investimento, Nadia Calviño.

Até 31 de julho



Prémio de Jornalismo Daphne Caruana Galizia – apresentação de candidaturas

O Prémio, no valor de 20 mil euros, está aberto a jornalistas profissionais e a equipas de jornalistas profissionais de qualquer nacionalidade, que podem apresentar artigos de fundo que tenham sido publicados ou difundidos por meios de comunicação social sediados num dos 27 países da União Europeia. O objetivo é apoiar e realçar a importância do jornalismo profissional na salvaguarda da dignidade humana, da liberdade, da democracia, da igualdade, do Estado de direito e dos direitos humanos. Os jornalistas podem submeter o(s) seu(s) artigo(s) *online* em <https://daphnejournalismprize.eu/> até **31 de julho de 2024, às 12h00** (hora de Bruxelas).

Até 27 de agosto



Consulta pública: Acordo Económico e Comercial Global EU-Canadá (CETA) – avaliação

O Acordo Económico e Comercial Global (CETA) estabelece o quadro para uma parceria económica e comercial sustentável e mutuamente benéfica entre a EU e o Canadá. O ano de 21 de setembro de 2022 marcou cinco anos de aplicação provisória do CETA. Na sequência deste marco, a Comissão [publicará](#) uma avaliação baseada em dados concretos do CETA, analisando o seu impacto económico, social e ambiental após cinco anos de aplicação provisória.

28 a 31 agosto



Summer Cemp 2024

A sétima edição do [Summer Cemp](#), a escola de verão da [Representação da Comissão Europeia em Portugal](#), terá lugar em **Miranda do Douro**, no distrito de Bragança, entre os dias **28 e 31 de agosto de 2024**, com o apoio da [Câmara Municipal de Miranda do Douro](#) e a colaboração do centro [Europe Direct Bragança](#).

Com um programa imersivo, intenso e dinâmico, um **grupo diverso de estudantes do ensino superior** terá a oportunidade de interagir com um vasto leque de **protagonistas da atualidade portuguesa e europeia** (da política, dos media, da academia, dos setores privado e social, do desporto, da cultura e da comunidade local). Em conjunto, vão refletir de forma prática sobre as prioridades e políticas europeias com uma ligação direta à região anfitriã e ao seu rico património arquitetónico e cultural.

Até 30 de agosto



Estágios profissionais da Comissão Europeia

O programa de estágios da Comissão Europeia [está aberto](#) a titulares de um diploma universitário de todo o mundo. Estes estágios estão disponíveis numa grande variedade de áreas e são uma boa oportunidade para ficar com uma ideia de como funciona a União Europeia. A natureza do trabalho dos estagiários depende, em grande medida, do serviço onde são colocados. Existem oportunidades de estágio nas áreas do direito da concorrência, dos recursos humanos, da política ambiental e da comunicação, entre outras.

Quem pode candidatar-se? Podem candidatar-se titulares de um diploma universitário de qualquer área (caso o diploma final ainda não tenha sido emitido, pode ser apresentado um certificado de habilitações provisório). Não é obrigatório ser cidadão europeu, mas geralmente é necessário ter conhecimentos de duas línguas oficiais da UE. Existe um número reduzido de lugares reservados a cidadãos de países não pertencentes à UE. Embora não seja obrigatório ter experiência profissional ou estudos de pós-graduação, esses elementos serão sempre tidos em conta. **Duração:** 5 meses. **Remunerado?** Sim. 1.376,89 euros por mês e reembolso das despesas de deslocação. **Data de início:** 1 de março e 1 de outubro. **Mais informação e candidaturas em** <https://ec.europa.eu/stages/>. **IG Talks explicativas sobre a experiência de estágio na Comissão Europeia** [aqui](#)

De 5 a 19 de setembro



LIFE 2025: Convites à apresentação de propostas

A Comissão Europeia [abriu](#) um [período de apresentação de propostas](#) ao abrigo do programa LIFE, com um total de 571 milhões de euros disponíveis para projetos que promovam a natureza e a biodiversidade, a economia circular e a qualidade de vida, a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas, a transição para as energias limpas, o novo *Bauhaus* europeu e a governação ambiental.

Foram lançados vários convites à apresentação de propostas para os diferentes tipos de subvenções concedidas aos projetos LIFE. Todos os pormenores estão [disponíveis na página](#) dos convites à apresentação de propostas do [LIFE 2024](#). O financiamento total do LIFE para o período 2021-2027 é de 5,4 mil milhões de euros, um aumento de quase 60%, e inclui agora um subprograma

de Transição para as Energias Limpas. O período de candidaturas para a maior parte das ações termina em setembro (17 e 19 de setembro). Os que vão até março de 2025 têm de submeter as notas conceituais até 5 de setembro de 2024.

Até 6 de setembro



Política comum das pescas — avaliação

A avaliação proporcionará uma visão geral dos resultados do Regulamento Política Comum das Pescas e dos seus instrumentos e medidas na última década (2014–2024). Permitirá determinar se foi alcançado o objetivo geral de garantir que a pesca e a aquicultura sejam sustentáveis no plano ambiental e geridas de forma coerente com os objetivos de obtenção de benefícios económicos, sociais e de emprego. Contributos [aqui](#).



Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) 2014–2020 — avaliação *ex post*

Esta avaliação tem por objeto as realizações do FEAMP, que esteve em funcionamento de 2014 a 2020. A avaliação examina, em particular, a eficácia e a eficiência do FEAMP, a sua coerência com outras políticas e pertinência e o valor acrescentado da EU. Procura determinar: a forma como o Fundo alcançou os objetivos para cada prioridade da EU; até que ponto permitiu dar resposta às crises e às perturbações do mercado; e os fatores que contribuíram para o êxito ou fracasso dos seus investimentos. A apresentação de comentários pode ser feita [aqui](#).

Até 10 de setembro



Comissão abre candidaturas para o Prémio Cidade Acessível 2025

Estão abertas as candidaturas para o Prémio Cidade Acessível 2025. Este prémio [reconhece](#) as cidades que realizaram um trabalho notável para se tornarem mais acessíveis às pessoas com deficiência. A edição de 2025 assinala o 15.º aniversário do Prémio Cidade Acessível. Nesta próxima edição, ligada aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Paris 2024, a Comissão atribuirá também uma menção especial às “infraestruturas desportivas acessíveis”.

O prémio é organizado pela Comissão Europeia em parceria com o Fórum Europeu da Deficiência. Está aberto a cidades da EU com mais de 50 mil habitantes. Os vencedores do primeiro, segundo e terceiro lugares do Prémio Cidade Acessível 2025 recebem prémios de 150 000, 120 000 e 80 000 euros, respetivamente. Os vencedores serão anunciados numa cerimónia de entrega de prémios durante a conferência do Dia Europeu das Pessoas com Deficiência, em 28 e 29 de novembro de 2024. As cidades podem apresentar as suas candidaturas até às 23h59 EDT de 10 de setembro de 2024.

Até 11 de setembro



Candidaturas às bolsas de pós-doutoramento MSCA

As [bolsas de pós-doutoramento MSCA](#) ajudam os investigadores experientes a adquirir novas competências, a desenvolver as suas carreiras e a adquirir experiência internacional, interdisciplinar e intersetorial trabalhando no estrangeiro. Estas bolsas prestigiadas constituem um trampolim nas carreiras dos investigadores, permitindo-lhes realizar investigação de ponta e cooperar com equipas e figuras científicas de renome. O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 417,2 milhões de euros, encerrará em 11 de setembro.

Até 13 de setembro



Consulta pública sobre Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) 2014–2020

Esta avaliação tem por objeto as realizações do FEAMP, que esteve em funcionamento de 2014 a 2020. A avaliação examina, em particular, a eficácia e a eficiência do FEAMP, a sua coerência com outras políticas e pertinência e o valor acrescentado da EU. Procura determinar: a forma como o Fundo alcançou os objetivos para cada prioridade da EU; até que ponto permitiu dar resposta às crises e às perturbações do mercado; e os fatores que contribuíram para o êxito ou fracasso dos seus investimentos. A submissão duma posição à consulta pública pode ser feita [aqui](#).

Até 20 de setembro



Comissão lança consulta às partes interessadas sobre o Programa Europa Digital

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta aberta às partes interessadas, com a duração de 12 semanas, sobre o Programa Europa Digital (DIGITAL). A consulta tem por objetivo obter informações sobre as necessidades das partes interessadas relacionadas com a transformação digital, os benefícios do programa DIGITAL e possíveis melhorias. Como tal, reunirá diversas perspetivas, desde pequenas e médias empresas a organizações não governamentais, universidades, parceiros sociais, autoridades públicas e outras organizações públicas e privadas e cidadãos dos Estados-Membros da EU e países associados.

A Comissão publicará então um relatório de síntese dos resultados da consulta e das respostas das partes interessadas em “Dê a sua opinião”. As reações recebidas servirão para refletir sobre possíveis melhorias no âmbito do DIGITAL, bem como para orientar a conceção de futuras iniciativas. A consulta terminará em 20 de setembro de 2024. O Programa Europa Digital é um programa de financiamento da EU com um orçamento de mais de 7,9 mil milhões de euros, centrado em levar a tecnologia digital às empresas, aos cidadãos e às administrações públicas. O Programa Europa Digital complementa o financiamento disponível através de outros programas da EU, como o Horizonte Europa (para investigação e inovação) e o Mecanismo Interligar a Europa (para infraestruturas digitais), o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, os fundos estruturais e outros.

Até 24 de setembro



Comissão disponibiliza mil milhões de euros para pontos de carregamento e reabastecimento no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão (MIE)

A Comissão Europeia [lançou](#) um [convite à apresentação de projetos](#) no âmbito do Mecanismo Europeu de Interconexão – Mecanismo para as Infraestruturas para Combustíveis Alternativos (AFIF). Estão disponíveis mil milhões de euros para apoiar a implantação de infraestruturas de abastecimento de combustíveis alternativos para os transportes rodoviários, marítimos, fluviais e aéreos ao longo da RTE-T, a rede transeuropeia de transportes: rede rodoviária – apoio a estações de recarga elétrica de alta potência e a estações de reabastecimento de hidrogénio, bem como a estações de recarga de megawatts para veículos pesados; aeroportos – apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio; portos – apoio ao abastecimento de eletricidade e hidrogénio e, pela primeira vez, às instalações de reabastecimento de amoníaco e metanol.

Até 25 de setembro



Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras 2025 aberto a candidaturas

A Comissão Europeia [lançou](#) a edição de 2025 do Prémio Europeu para Mulheres Inovadoras. Esta iniciativa conjunta, apoiada pelo Conselho Europeu de Inovação (CEI) e pelo Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (EIT), celebra as realizações excecionais das mulheres empresárias por detrás das inovações mais revolucionárias da Europa. Os vencedores serão selecionados em três categorias de prémios: Mulheres inovadoras; Mulheres inovadoras em ascensão; e Mulheres líderes.

O prémio premeia mulheres de toda a EU e de países associados ao programa de investigação e inovação da EU, Horizonte Europa, cujas inovações disruptivas estão a gerar mudanças positivas para as pessoas e o planeta. O prazo para apresentação de candidaturas é 25 de setembro de 2024 (17:00 CEST). Mais informações estão disponíveis aqui.

Até 26 de setembro



Convites à apresentação de propostas ao COFUND MSCA

O [COFUND MSCA](#) ajuda as organizações a criarem ou reforçarem os seus próprios programas de formação para doutoramento e bolsas de pós-doutoramento, com o objetivo de recrutar investigadores e atrair talentos internacionais através do cofinanciamento de uma parte significativa dos seus custos. As instituições que beneficiam desse financiamento devem complementá-lo com as suas próprias fontes de financiamento. Este regime divulga as melhores práticas das MSCA, promovendo normas elevadas e excelentes condições de trabalho. O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 104,8 milhões de euros, encerrará em 26 de setembro.

Até 30 de setembro



Novo financiamento da EU para ideias inovadoras destinadas a reduzir o desemprego de longa duração e a ajudar as pessoas a encontrar emprego

A Comissão Europeia [lançou](#) um [convite à apresentação de propostas](#) no valor de 23 milhões de euros para ajudar os Estados-Membros da EU a desenvolver novas formas de combater o desemprego de longa duração e ajudar as pessoas a reintegrar o mercado de trabalho. Este convite foi anunciado no recente plano de ação para fazer face à escassez de mão de obra e de competências na EU.

Através do presente convite à apresentação de propostas, financiado ao abrigo da iniciativa “Inovação Social +” do Fundo Social Europeu Mais (FSE+), a Comissão tem por objetivo desenvolver iniciativas promissoras anteriores e reforçar o papel das organizações da economia social. Estas organizações dão prioridade a objetivos sociais e ambientais e reinvestem a maior parte dos seus ganhos nas suas iniciativas. Têm uma capacidade comprovada para apoiar pessoas que sofreram de isolamento e pobreza em consequência do desemprego de longa duração.

As organizações têm até 30 de setembro de 2024 para apresentarem as suas propostas, seguindo as instruções constantes do [sítio Web do convite](#), que deve envolver organizações de, pelo menos, dois países diferentes da EU, Islândia, Montenegro, Noruega e Sérvia. Os projetos podem ter uma duração máxima de 36 meses e podem receber subvenções que variam entre 1 e 3 milhões de euros por projeto. Uma [sessão em linha](#) a 28 de maio de 2024 oferecerá a oportunidade de colocar quaisquer questões sobre o convite, enquanto será também organizada uma sessão de *match-making* para facilitar a criação de novas parcerias para construir projetos. As informações sobre ambas as sessões serão disponibilizadas na página *Web* do convite.

7 a 10 de outubro



22ª edição da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios

A [Semana Europeia das Regiões e dos Municípios](#) (#EURegionsWeek) é o maior evento anual em Bruxelas dedicado à política de coesão. Tornou-se uma plataforma neutra para debater os desafios comuns das regiões e cidades da Europa, reunindo uma comunidade diversificada de oradores e participantes.

Qual é o objetivo da “EURegionsWeek”? Discutir os desafios comuns que se colocam às regiões e cidades da Europa e examinar possíveis soluções, reunindo políticos, decisores, peritos e profissionais da política de coesão, bem como partes interessadas do setor empresarial, da banca, do meio académico, das instituições da EU e dos meios de comunicação social; proporcionar uma plataforma para o reforço de capacidades, a aprendizagem e o intercâmbio de experiências e boas práticas para os responsáveis pela execução da política de coesão da EU e pela gestão dos seus instrumentos financeiros; facilitar a cooperação e a criação de redes entre regiões e cidades; contribuir para o debate sobre a política de coesão da EU num contexto mais vasto, incluindo investigação recente e pontos de vista de países terceiros e organizações internacionais.

Todas as informações podem ser consultadas [aqui](#). [Inscrições já possíveis](#).

Até 14 de outubro



Convite à apresentação de propostas no valor de 90 milhões de euros no âmbito da política de coesão reforça a inovação urbana em toda a UE

Para reforçar e fortalecer ainda mais o desenvolvimento urbano sustentável nas cidades da EU, a Comissão Europeia [lançou](#) um terceiro convite à apresentação de propostas no valor de 90 milhões de euros no âmbito da [Iniciativa Urbana Europeia](#) (IUE). Os projetos selecionados no âmbito deste convite testarão soluções inovadoras nas cidades para as ajudar a concretizar as transições ecológica e digital.

Os projetos devem centrar-se numa das duas prioridades seguintes: transição energética – experimentar e explorar soluções inovadoras tangíveis que garantam sistemas energéticos locais acessíveis, seguros e mais limpos; tecnologia nas cidades – explorar tecnologias emergentes e soluções digitais para melhorar os serviços públicos, a governação urbana, a qualidade de vida, a participação dos cidadãos e garantir que as nossas cidades são mais seguras e acessíveis a todos.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) cofinanciará 80% dos custos do projeto, recebendo cada projeto até 5 milhões de euros. Parte deste financiamento apoiará a transferência de conhecimentos e a adaptação destas soluções testadas a outras cidades da EU, a fim de garantir que os projetos locais tenham um impacto social e económico mais vasto na Europa. Os restantes 20% serão cobertos pelas autoridades locais e pelos parceiros do projeto. Convidam-se os representantes interessados das cidades da EU a consultar a [página Web da IUE](#) para obter informações pormenorizadas sobre o processo de candidatura. O prazo para apresentação de propostas termina a 14 de outubro de 2024.

Até 22 de outubro



Comissão convida à apresentação de pedidos de financiamento para projetos transfronteiriços de energia limpa no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa

A Comissão Europeia [lançou](#) um novo convite à apresentação de propostas no valor de 850 milhões de euros para apoiar projetos de infraestruturas energéticas no âmbito do Mecanismo Interligar a Europa. Este é o primeiro convite à apresentação de propostas de financiamento para a primeira lista de projetos de interesse comum e de projetos de interesse mútuo estabelecida ao abrigo do regulamento revisto relativo às redes transeuropeias de energia (RTE-E). O regulamento e a lista revistos estão

alinhados com o Pacto Ecológico Europeu e ajudarão a EU a atingir os seus ambiciosos objetivos em matéria de clima e energia. É a primeira vez que os projetos de redes elétricas *offshore* e de hidrogénio são elegíveis para apoio ao abrigo do MIE e que as infraestruturas de combustíveis fósseis estão excluídas.

Os promotores de projetos poderão candidatar-se ao cofinanciamento da EU sob a forma de subvenções para estudos e obras de construção. O convite está aberto até 22 de outubro de 2024 e, a 14 de maio, a Comissão organizará uma jornada informativa virtual para apresentar o convite e informar as partes interessadas sobre o processo de candidatura e avaliação.

Até 27 de novembro



Apresentação de candidaturas às redes de doutoramento MSCA

As [redes de doutoramento MSCA](#) executam programas de recrutamento e formação de doutorandos no meio académico e noutros setores, incluindo a indústria, as empresas e as administrações públicas. O regime inclui o desenvolvimento de diplomas conjuntos, incluindo um eventual [diploma europeu](#). **O convite à apresentação de propostas, com um orçamento de 608,6 milhões de euros, será aberto a 29 de maio e encerrado a 27 de novembro.**



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Principais resultados do Conselho Agricultura e Pescas de 15 de julho de 2024

A **Presidência húngara** [apresentou](#) o seu programa de trabalho para o próximo semestre, delineando as principais prioridades no domínio da agricultura e das pescas. Uma **política agrícola da UE centrada nos agricultores** é uma das sete prioridades globais da Presidência húngara. Este objetivo está estreitamente ligado a duas outras prioridades transversais da Presidência, a saber, a **competitividade** e a **resposta aos desafios demográficos**. A Presidência húngara velará por assegurar que o futuro da agricultura seja competitivo, resistente a crises, sustentável, favorável aos agricultores e baseado no conhecimento.

No próximo semestre, a Presidência húngara pretende incentivar o Conselho (Agricultura e Pescas) a tirar partido do período de transição institucional e dar orientações à nova Comissão no que respeita à formulação das regras da política agrícola da UE pós-2027. Além disso, a Presidência tem como prioridade fundamental promover uma agricultura sustentável, com o objetivo de encontrar um equilíbrio entre os objetivos estratégicos do Pacto Ecológico Europeu, a estabilização dos mercados agrícolas e um nível de vida digno para os agricultores.

O Conselho realizou um debate especificamente consagrado às formas de melhorar a **viabilidade a longo prazo das zonas rurais**, com destaque para a **renovação geracional** e os **aspetos demográficos**. Fazer face aos desafios demográficos é uma das sete prioridades da Presidência húngara. As zonas rurais desempenham um papel central na **segurança alimentar, na preservação do ambiente** e na salvaguarda do **património cultural** da UE. No entanto, nas últimas décadas enfrentaram várias mudanças e desafios económicos e sociais, incluindo os desafios demográficos e o despovoamento. Os ministros salientaram a importância das medidas do segundo pilar da política agrícola comum (PAC) no que toca ao apoio ao desenvolvimento das zonas rurais, especialmente os programas de desenvolvimento local de base comunitária, como o programa LEADER.

Observatório da cadeia agroalimentar da UE começa a trabalhar para restaurar a confiança e melhorar a transparência na cadeia alimentar

O Observatório da Cadeia Agroalimentar da UE (AFCO) [realizou](#) a sua [primeira reunião](#) na quarta-feira, 17 de julho. O seu objetivo é compreender melhor o funcionamento da cadeia de abastecimento e aumentar a transparência dos preços, da estrutura dos custos e da distribuição das margens e do valor acrescentado, respeitando simultaneamente as regras de confidencialidade e de concorrência. O lançamento deste Observatório foi anunciado pela primeira vez em março de 2024 como uma das medidas destinadas a reforçar a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar e a reforçar a confiança entre todos os intervenientes ao longo da cadeia.

Os membros do Observatório são representantes das autoridades nacionais dos 27 países da UE, bem como de 48 organizações de partes interessadas que operam na cadeia de abastecimento agroalimentar. Estas vão desde os agricultores, fornecedores de fatores

de produção, indústria alimentar, comerciantes, até aos transportes, logística, retalho e consumidores. O Parlamento Europeu, o Comité das Regiões e o Comité Económico e Social Europeu têm estatuto de observadores. A lista dos membros e observadores da AFCO está disponível no [registo dos grupos de peritos da Comissão](#). A segunda reunião plenária realizar-se-á no outono deste ano.



Ambiente

Receitas fiscais ambientais registam ligeiro declínio em 2022

Em 2022, as receitas fiscais ambientais na UE [ascenderam](#) a 317,2 mil milhões de euros (2,0 % do produto interno bruto da UE), em comparação com 330,2 mil milhões de euros registados em 2021, o que indica uma diminuição de 4 % (-13 mil milhões de euros). A tendência ascendente de longo prazo foi retomada após os anos excecionais de 2020 e 2021 (COVID-19). No entanto, 2022 continua a ser notável devido à situação nos mercados da energia. A diminuição do total das receitas fiscais ambientais de 2021 para 2022 deveu-se principalmente a uma diminuição (-15,1 mil milhões de euros) das receitas fiscais da energia, que totalizaram 243 mil milhões de euros em 2022.

Por outro lado, os impostos sobre a poluição e os recursos aumentaram 10% (+ 1,2 mil milhões de euros) e os impostos sobre os transportes registaram um pequeno aumento de 1% (+ 809 milhões de euros). A nível da UE, em 2022, as empresas geraram a maior parte das receitas fiscais ambientais, representando 52 % do total. A maior parte desta contribuição das empresas veio de empresas da indústria transformadora, construção, mineração e serviços públicos (26%) e do setor dos serviços (24%). As famílias contribuíram com 45% do total das receitas fiscais no domínio do ambiente. Em 17 países da UE, as famílias pagaram mais de 40% do total das receitas fiscais no domínio do ambiente, variando entre 60% na Dinamarca e quase 40% em Malta.

A nível nacional, as empresas contribuíram, em média, com mais de 50% do total das receitas fiscais na maioria dos países da UE. Só em alguns países é que os não residentes contribuíram significativamente para as receitas fiscais no domínio do ambiente, com a percentagem mais elevada no Luxemburgo (46%).



Coesão e solidariedade interna da UE

Comissão aprova avaliação preliminar positiva do primeiro pedido de pagamento dos Países Baixos no valor de 1,3 mil milhões de euros ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência

A Comissão Europeia [aprovou](#) a avaliação preliminar positiva do primeiro pedido de pagamento dos Países Baixos, no valor de 1,3 mil milhões de euros, ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, a peça central do *NextGenerationEU*. A Comissão concluiu preliminarmente que os Países Baixos cumpriram satisfatoriamente as 25 etapas e 5 objetivos estabelecidos na Decisão de Execução do Conselho para a primeira parcela, incluindo a primeira etapa do capítulo REPowerEU dos Países Baixos.

Dezasseis reformas e oito investimentos irão impulsionar mudanças positivas para os cidadãos e as empresas nos Países Baixos nos domínios da transição ecológica, da digitalização e do mercado de trabalho. O pedido de pagamento abrange reformas importantes relacionadas com o sistema de pensões, a tributação ambiental, o mercado da habitação, o trabalho por conta própria, a transformação digital da administração central, o planeamento fiscal agressivo e o código da rede elétrica. O pedido de pagamento inclui igualmente um conjunto de investimentos nos domínios da formação e do aconselhamento profissional para os indivíduos no mercado de trabalho neerlandês, da gestão do tráfego ferroviário, da investigação e desenvolvimento de tecnologias quânticas, do equipamento digital para estudantes e dos cuidados de saúde em linha para as pessoas que vivem em casa.

Fundo de recuperação: Conselho dá luz verde ao plano alterado da Alemanha que inclui um capítulo REPowerEU

O Conselho [aprovou](#) a avaliação positiva da Comissão sobre o plano de recuperação e resiliência alterado da Alemanha. O plano alterado inclui agora um novo capítulo REPowerEU no valor de 2,3 mil milhões de euros. Este capítulo contribuirá para acelerar a transição da Alemanha para as energias limpas, aumentando a quota-parte das energias renováveis no cabaz energético alemão. O plano alterado centra-se fortemente na transição ecológica, atribuindo 49,5% dos fundos disponíveis a medidas que apoiam os objetivos climáticos, contra 47% no plano original. A ambição digital do plano continua a ser forte, com 47,5% dos seus fundos dedicados a medidas digitais. O plano tem agora um valor de 30,3 mil milhões de euros em subvenções e abrange 17 reformas e 28 investimentos.



Cultura e Comunicação

«A cultura move a Europa», foram selecionadas 93 organizações para projetos de residências artísticas

O programa da União Europeia «A cultura move a Europa», que apoia a mobilidade cultural, selecionou 93 organizações culturais no terceiro convite à apresentação de candidaturas para residências artísticas. Com um financiamento total superior a 1,1 milhões de euros, estes projetos de residências que acolhem 309 artistas de vários países europeus - que serão selecionados na segunda fase do processo - serão realizados em 31 países.

As áreas mais representadas são as artes visuais, a música e as artes performativas. Os anfitriões selecionados têm até 30 de outubro para confirmar os nomes dos artistas convidados. As sessões de *matchmaking online* terão lugar nos dias 6 e 13 de setembro para os artistas interessados. No entanto, as residências artísticas cujos processos já se encontrem concluídos poderão começar a partir de meados de agosto.

Poderá encontrar [aqui](#) informação adicional sobre esta iniciativa.



Defesa e Segurança

União Europeia apoia as forças armadas do Benim

O Conselho [adotou](#) uma medida de assistência no valor de 5 milhões de euros ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz para fornecer às Forças Armadas do Benim (*Forces Armées Béninoises*) equipamento militar destinado a satisfazer os seus requisitos operacionais e as suas necessidades de formação antes da sua colocação. Esta decisão vem juntar-se a duas outras novas medidas de assistência, no valor de 25 milhões de euros e 5 milhões de euros, adotadas a 21 de maio e 13 de junho, respetivamente. As três medidas de assistência têm por objetivo proteger a integridade territorial e a soberania do Benim e da sua população civil. Visam igualmente reforçar as capacidades da marinha do país em apoio ao seu empenhamento na segurança marítima no Golfo da Guiné, no âmbito da Arquitetura de Yaoundé. A adoção eleva o apoio global da UE ao Benim para 35 milhões de euros em 2024 ao abrigo do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, o que representa 27 % do orçamento de defesa do Benim.

Irão: Conselho prorroga as medidas restritivas da UE tendo em conta o apoio militar do Irão à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e aos grupos e entidades armados no Médio Oriente e na região do mar Vermelho

O Conselho [prorrogou](#) até 27 de julho de 2025 as medidas restritivas tendo em conta o apoio militar do Irão à guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia e aos grupos e entidades armados no Médio Oriente e na região do Mar Vermelho. As medidas restritivas em vigor continuarão a ser revistas anualmente. Atualmente, o regime de sanções aplica-se a 12 pessoas e a nove entidades. As pessoas visadas estão sujeitas a um congelamento de bens, sendo proibido o fornecimento de fundos ou recursos económicos, direta ou indiretamente, a essas pessoas ou em seu benefício. Além disso, aplica-se às pessoas singulares enumeradas uma proibição de viajar para a UE.

Mecanismo Europeu de Apoio à Paz: Conselho adota pela primeira vez uma medida de assistência para apoiar as Forças Armadas Albanesas

O Conselho [adotou](#) uma medida de assistência no âmbito do **Mecanismo Europeu de Apoio à Paz**, no valor de **13 milhões de euros**, para reforçar a eficácia operacional das **Forças Armadas Albanesas**, nomeadamente em termos de mobilidade, manobrabilidade e proteção. A medida de assistência reforçará igualmente as capacidades da Albânia no que diz respeito à sua participação nas operações e missões da política comum de segurança e defesa (PCSD) da UE e em quaisquer coligações internacionais.



Diplomacia e Solidariedade Externa da UE

Parlamento recém-eleito reafirma forte apoio à Ucrânia

Perante a continuidade da guerra na Ucrânia, o Parlamento [reiterou](#), esta quarta-feira, que a UE deve continuar a apoiar Kiev, durante o tempo que for necessário até à vitória. A resolução, que define a primeira posição oficial do Parlamento Europeu recentemente eleito sobre a invasão russa, refere o apoio contínuo dos eurodeputados à independência, soberania e integridade territorial da Ucrânia dentro das suas fronteiras internacionalmente reconhecidas.

O texto apela à UE para que mantenha e alargue a política de sanções contra a Rússia e a Bielorrússia, acompanhe e reveja a eficácia e impacto destas políticas, além de abordar a questão da evasão às sanções por empresas sediadas na UE, de terceiros e de países terceiros. Embora reafirmem a firme convicção de que a Rússia deve compensar financeiramente a Ucrânia pela destruição causada, os membros do Parlamento Europeu congratulam-se com os recentes esforços da UE para direcionar as receitas provenientes de bens russos congelados para apoiar o esforço de guerra ucraniano.

Os eurodeputados querem também um «bom regime jurídico para o confisco de bens do Estado russo congelados pela UE». O texto saúda os resultados da recente cimeira da NATO e refere que a Ucrânia está numa via irreversível para a adesão à NATO. Os eurodeputados apelam à UE e aos Estados-Membros para que aumentem o seu apoio militar a Kiev durante o tempo que for necessário e sob qualquer forma. Instam igualmente a Comissão Europeia a propor assistência financeira a longo prazo para reconstruir a Ucrânia, com base na experiência adquirida com o recém-criado [Mecanismo para a Ucrânia](#).

Comissão abre caminho à disponibilização de cerca de 4,2 mil milhões de euros à Ucrânia como primeiro pagamento regular ao abrigo do Mecanismo de Apoio à Ucrânia

A Comissão Europeia [emitiu](#) uma avaliação positiva para o primeiro pagamento regular de cerca de 4,2 mil milhões de euros ao abrigo do Mecanismo da UE para a Ucrânia, destinado a apoiar a estabilidade macrofinanceira da Ucrânia e o funcionamento da sua

administração pública. Uma vez adotada pelo Conselho, esta decisão elevará para 12 mil milhões de euros o total do financiamento da UE desembolsado à Ucrânia desde que o mecanismo se tornou operacional em março deste ano.

Os pagamentos trimestrais regulares efetuados ao abrigo do Mecanismo para a Ucrânia dependem do cumprimento pela Ucrânia de requisitos previamente acordados e asseguram uma assistência financeira previsível. Este primeiro pagamento regular ao abrigo do mecanismo seguir-se-á ao anterior apoio intercalar e de pré-financiamento e constitui um testemunho da rápida execução do plano para a Ucrânia.

Na sequência da avaliação do pedido de pagamento apresentado pela Ucrânia a 9 de julho de 2024, a Comissão concluiu que a Ucrânia cumpriu satisfatoriamente os nove indicadores de reforma associados ao primeiro pagamento regular em apoio do Plano da Ucrânia, a estratégia de reforma e investimento da Ucrânia para os próximos quatro anos. Estas reformas abrangem a gestão das finanças públicas, a governação das empresas públicas, o ambiente empresarial, a energia e a desminagem.



Economia, Comércio e Concorrência

Orçamento anual da UE para 2025: Conselho define a sua posição sobre o projeto de orçamento

O Conselho [chegou](#) a acordo sobre a sua posição relativamente ao projeto de orçamento da UE para 2025. No total, a posição do Conselho para o orçamento do próximo ano ascende a 191,53 mil milhões de euros em autorizações e 146,21 mil milhões de euros em pagamentos. De um modo geral, o Conselho adota uma abordagem prudente. O Conselho salienta a importância de o orçamento para 2025 continuar a demonstrar a solidariedade da UE para com o povo da Ucrânia e a dar resposta às crises conexas.

O Conselho considera que o orçamento do próximo ano deverá ser realista, estar em consonância com as necessidades reais, assegurar uma orçamentação prudente e deixar margens suficientes no âmbito dos limites máximos do quadro financeiro plurianual (QFP) para fazer face a circunstâncias imprevistas e enfrentar os desafios da União. Ao mesmo tempo, o orçamento para 2025 deverá disponibilizar recursos suficientes para assegurar a execução das políticas e programas da UE e permitir que os compromissos já assumidos sejam pagos atempadamente.

O Conselho congratula-se com o facto de o projeto de orçamento para 2025 estar alinhado com o resultado do acordo sobre a revisão do quadro financeiro plurianual da UE (QFP 2021-2027), tal como referido nas conclusões do Conselho Europeu de 1 de fevereiro de 2024. A este respeito, o Conselho salienta a necessidade de financiar adequadamente as prioridades estabelecidas na revisão do QFP, tendo em conta a execução orçamental de todos os programas e a redefinição de prioridades, quando necessário.

Procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos: Conselho aprova conclusões

O Conselho [aprovou](#) as conclusões sobre as apreciações aprofundadas de 2024 no âmbito do procedimento relativo aos desequilíbrios macroeconómicos. O Conselho observa que, após o abrandamento em 2023, o crescimento económico da UE deverá aumentar gradualmente, embora a um ritmo desigual entre os Estados-Membros. Neste contexto, sublinha a importância de um acompanhamento rigoroso e de medidas políticas pertinentes para fazer face às vulnerabilidades macroeconómicas.

O Conselho considera que as apreciações aprofundadas de 2024 apresentam uma análise abrangente e de elevada qualidade da situação em cada Estado-Membro em análise. Sublinha a importância de uma ação política rápida e continuada para fazer face aos desequilíbrios macroeconómicos, nomeadamente no contexto da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e das recomendações específicas por país no âmbito do Semestre Europeu. O Conselho salienta a importância de uma ligação forte e clara entre os desequilíbrios macroeconómicos identificados e as recomendações específicas por país.

Semestre Europeu de 2024: Conselho chega a acordo sobre recomendações específicas por país

O Conselho [aprovou](#) as suas recomendações específicas por país sobre as políticas económicas, sociais, de emprego, estruturais e orçamentais de cada Estado-Membro. Esta etapa faz parte do processo do Semestre Europeu de 2024, que permite aos Estados-Membros coordenar as suas políticas económicas, de emprego e orçamentais.

Este ano, o ciclo do Semestre Europeu será alinhado com as disposições do quadro de governação económica reformado da UE. De acordo com as novas regras, em vigor desde 30 de abril, os Estados-Membros prepararão planos estruturais orçamentais a médio prazo no outono, definindo as suas trajetórias de despesa e as suas reformas e investimentos prioritários.

As recomendações específicas por país fornecem orientações para as reformas e os compromissos de investimento que os Estados-Membros são incentivados a incluir nesses planos, especialmente se pretenderem alargar o seu período de ajustamento orçamental de quatro para sete anos. Esse período de ajustamento alargado resultaria num esforço orçamental globalmente menor por ano que seria exigido a um Estado-Membro.

UE a caminho de uma crise de investimento, avisa *Finance Watch*

De acordo com um relatório [publicado](#) pela ONG *Finance Watch*, os mercados de capitais financiarão apenas um terço dos investimentos necessários à União Europeia para implementar a sua agenda estratégica 2024-2029, adotada em junho passado pelos vinte e sete chefes de Estado ou de governo reunidos em Conselho Europeu. A ONG examinou as condições em que o capital privado

poderia ser mobilizado e concluiu que mesmo uma União dos Mercados de Capitais (UMC) plenamente funcional e um programa de financiamento sustentável não seriam suficientes para evitar uma futura crise de investimento.

A *Finance Watch* salienta que, se as temperaturas globais atingirem +3°C até ao final do século, os custos orçamentais e sociais atingirão níveis que poderão ser "insuportáveis" para as finanças públicas. «Com uma regulamentação bem orientada e muita vontade política, acreditamos que os mercados de capitais podem financiar até um terço das necessidades climáticas da UE, nos casos em que o retorno financeiro é suficiente. Mas se não forem financiadas outras necessidades e a UE estiver exposta, entre outras coisas, a alterações climáticas não atenuadas, os governos enfrentarão custos orçamentais muito mais elevados no futuro.», referiu Thierry Philipponnat, economista e autor do estudo. A *Finance Watch* insta a Comissão Europeia a realizar a sua própria avaliação, quantificando o contributo que uma UMC bem-sucedida poderia dar para os objetivos políticos e de sustentabilidade da UE.



Educação

Cartão Europeu de Estudante, Comissão Europeia define roteiro para os próximos dois anos

A Comissão Europeia [apresentou](#) o seu plano para os próximos dois anos da Iniciativa do Cartão Europeu de Estudante (ESCI), que visa modernizar a administração digital das instituições de ensino superior (IES). Esta iniciativa visa facilitar a mobilidade dos estudantes ao abrigo do Erasmus+ e oferecer um acesso simplificado aos serviços no estrangeiro. Para 2024, o principal objetivo será otimizar a rede Erasmus sem papel (PTE). A Comissão tenciona atualizar todos os sistemas ligados à versão mais recente do Acordo Interinstitucional Digital e apoiar as instituições no intercâmbio de contratos de aprendizagem digital, com vista a que 95 % dos contratos de aprendizagem sejam trocados através da rede PTE até ao final de 2025. A plataforma do Cartão Europeu de Estudante (ESC-R) será transferida para a infraestrutura de computação em nuvem da Comissão Europeia para apoiar o desenvolvimento de cartões de estudante europeus virtuais.

Em 2025, a simplificação dos processos digitais, como um cartão de estudante europeu virtual na aplicação móvel Erasmus+, será uma prioridade. As consultas apelaram à racionalização dos fluxos operacionais para os acordos de aprendizagem e à preparação de nomeações e transcrições. Além disso, a Comissão tenciona testar uma infraestrutura digital simplificada e formar os utilizadores para a adoção generalizada de nomeações e transcrições de ficheiros digitais.



Emprego e Demografia

Exportações extracomunitárias apoiaram 14,5 % dos postos de trabalho da UE em 2022

Em 2022, as exportações da UE para países terceiros [geraram](#) 2 526 mil milhões de euros de valor acrescentado bruto, ou seja, 17,7 % do valor acrescentado bruto total na UE. A percentagem aumentou 0,2 pontos percentuais (pp) em comparação com 2021 (de 17,5%) e 3,9 pp em comparação com 2010 (de 13,8%). Os empregos de 31,1 milhões de pessoas na UE foram apoiados por exportações para países terceiros em 2022 e representaram 14,5 % do emprego total da UE. A percentagem permaneceu estável em comparação com 2021 e aumentou 2,6 p.p. em comparação com 2010 (de 11,9%).

Em 2022, a Irlanda foi o país da UE mais dependente das exportações da UE para países terceiros, com mais de metade do seu valor acrescentado total (51,6%) gerado por estas exportações. Seguem-se o Luxemburgo com 30,2 % e Chipre com 27,0 %. Em contrapartida, as percentagens mais baixas do valor acrescentado resultante das exportações da UE para países terceiros foram registadas na Croácia (9,0%), em Portugal (12,1%) e na Itália (13,6%). A percentagem de emprego apoiada pelas exportações da UE no emprego total foi mais elevada na Irlanda (29,5%), no Luxemburgo (22,7%) e na Bulgária (21,5%). As percentagens mais baixas foram registadas na Croácia (9,0%), Grécia (12,3%) e França (12,4%).



Energia

Ministros da Energia da UE abrem caminho a uma potencial estratégia e à criação de uma Aliança Geotérmica Europeia

O segundo dia da [reunião informal dos ministros europeus da Energia sob a Presidência húngara](#), ficou marcado pelo apoio maciço da maioria dos ministros, secretários de Estado europeus da Energia e embaixadores presentes à implementação de uma estratégia política dedicada ao desenvolvimento da energia geotérmica. "A tarefa simples da Presidência húngara é reforçar a competitividade da Europa", disse o ministro húngaro da Energia, Csaba Lantos, mas também destacar novas questões "que não tinham sido objeto de muita atenção antes", referindo-se ao desenvolvimento da energia geotérmica, em particular a energia geotérmica profunda, para produzir, além do aquecimento e arrefecimento, eletricidade. Uma vez que esta situação é muito influenciada pelo contexto geológico, a Hungria pretende ser líder neste domínio. Já possui o maior sistema de aquecimento geotérmico da Europa, fora da Islândia, na cidade de Szeged.

Convidado para os debates, Sanjeev Kumar, responsável político da UE para o Conselho Europeu de Energia Geotérmica (EGEC), congratulou-se com o entusiasmo e o apoio da grande maioria dos governos, afirmando que esta reunião informal marcou "o primeiro dia em que a energia geotérmica se tornou um elemento-chave da estratégia de transição energética da UE". Nenhum Estado-Membro

pronunciou-se contra a iniciativa. Apenas Estados-Membros como a Letónia, que não têm experiência no domínio da energia geotérmica, manifestaram reservas quanto aos custos e indicaram que o seu mercado não estava suficientemente maduro, mas manifestaram o seu apoio. As conclusões a adotar pela Presidência húngara sobre o assunto em dezembro poderão eventualmente incluir uma recomendação para a criação de uma Aliança Industrial Europeia para a Energia Geotérmica, há muito desejada pelo EGEC.

A Comissão Europeia, por seu lado, reconheceu o "imenso potencial inexplorado" da energia geotérmica e espera-se que coloque na agenda da nova Comissão uma estratégia atualizada para o aquecimento e arrefecimento, incluindo um inventário do potencial geotérmico, mas também da estratégia específica para as bombas de calor, cuja estratégia específica relevante tinha sido anteriormente abandonada pela Comissão Europeia. Numa segunda fase, uma estratégia exclusivamente dedicada à energia geotérmica, à semelhança do plano de ação para as redes, poderia eventualmente ver a luz do dia.

Além disso, o Diretor Executivo da Agência Internacional de Energia, Fatih Birol, tinha anunciado no início do dia que a Agência iria preparar um roteiro, até ao final do ano, para acelerar o desenvolvimento da energia geotérmica à escala global.

No entanto, várias fontes europeias salientam que ainda há muitos obstáculos a ultrapassar para desbloquear o investimento e garantir a viabilidade económica dos projetos geotérmicos em toda a Europa. "Estamos apenas no início do processo", disseram várias fontes europeias, considerando que o impulso político foi desencadeado, mas que ainda é cedo para dizer que tipo de subsídios, empréstimos e mecanismos de garantia poderiam ser usados para o desenvolvimento da energia geotérmica. Além disso, os investidores ainda são frequentemente confrontados com a necessidade de perfurações dispendiosas para analisar o potencial do subsolo e com a falta de dados geológicos locais. A Polónia terá sugerido que se obtivesse alguma forma de orientação do Banco Europeu de Investimento (BEI) para cobrir estes riscos financeiros. O país também se comprometeu a continuar o trabalho iniciado pela Hungria sobre energia geotérmica a partir de janeiro de 2025, em que assumirá a presidência do Conselho da UE.

UE e Sérvia assinam uma parceria estratégica em matéria de matérias-primas sustentáveis, cadeias de valor das baterias e veículos elétricos

A UE e a República da Sérvia assinaram um [Memorando de Entendimento](#) (ME) que lança uma parceria estratégica sobre matérias-primas sustentáveis, cadeias de valor das baterias e veículos elétricos. A parceria visa apoiar o desenvolvimento de novas indústrias locais e de empregos de elevada qualidade ao longo da cadeia de valor dos veículos elétricos, no pleno respeito de normas ambientais e sociais elevadas, dando simultaneamente resposta às preocupações das comunidades locais com total transparência. A parceria proporciona igualmente o quadro para uma forte participação público-privada a vários níveis entre as instituições e organismos da UE, os intervenientes industriais, as associações empresariais, os parceiros sociais, os ministérios competentes dos Estados-Membros interessados e da Sérvia, as organizações públicas, as instituições financeiras e os investidores.

A UE dispõe de um mercado bem estabelecido e em crescimento para as tecnologias verdes, como as baterias, que oferece muitas oportunidades de celebração de acordos, empresas comuns e projetos conjuntos de I & I. A parceria apoiará o desenvolvimento de cadeias de abastecimento sustentáveis entre ambas as partes e permitirá a promoção de normas ambientais, sociais e de governação e o intercâmbio de conhecimentos sobre matérias-primas.

Sendo as matérias-primas críticas um pré-requisito essencial para concretizar as transições ecológica e digital, a Comissão começou a criar uma série de parcerias no domínio das matérias-primas, na sequência do [Plano de Ação para as Matérias-Primas Críticas e do Regulamento Matérias-Primas Críticas](#). [Esses acordos](#) foram assinados com o Canadá e a Ucrânia em 2021, com o Cazaquistão e a Namíbia em 2022, com a Argentina, o Chile, a Zâmbia, a República Democrática do Congo e a Gronelândia em 2023, e com o Ruanda, a Noruega, o Usbequistão e a Austrália em 2024.



Estado de Direito, Democracia e Cidadania

Suécia adere oficialmente à Procuradoria Europeia

A Comissão Europeia adotou a decisão que confirma a participação da Suécia na Procuradoria Europeia (EPPO). Isto significa que a Suécia aderiu oficialmente à Procuradoria Europeia no dia 16 de julho. A Procuradoria Europeia poderá iniciar as suas operações e investigações na Suécia 20 dias após a nomeação do Procurador Europeu da Suécia pelo Conselho, que deverá ter lugar no outono.

Novas sanções contra colonos extremistas e ativistas violentos de Israel

O Conselho [aprovou](#) medidas restritivas adicionais contra **cinco pessoas e três entidades** no âmbito do regime global de sanções da União Europeia em matéria de direitos humanos. As pessoas e entidades constantes da lista são responsáveis por **violações graves e sistemáticas dos direitos humanos contra palestinianos na Cisjordânia**, incluindo o abuso do direito de todas as pessoas a usufruírem do mais elevado nível possível de integridade física e mental, do direito de propriedade, do direito à vida privada e familiar, do direito à liberdade de religião ou de convicção e do direito à educação.

As listas publicadas incluem o colono israelita **Moshe Sharvit** e a sua **«Moshe's Farm»**, no vale do Jordão. A partir desta sua exploração, Moshe Sharvit esteve implicado em atos de violência e ameaças dos colonos contra residentes palestinianos em comunidades de pastores nas imediações do seu posto avançado na Cisjordânia. O seu assédio físico e verbal contra estas comunidades tem vindo a agravar-se desde outubro de 2023. O Conselho também incluiu na lista **Zvi Bar Yosef** e o seu posto avançado não autorizado conhecido

como «Zvi's Farm», situado na Cisjordânia. Zvi Bar Yosef atacou repetidamente e cometeu atos de violência contra palestinos provenientes das aldeias de Jibya, Kaubar (Kobar) e Umm Safa, causand

As pessoas e entidades incluídas na lista de sanções estão sujeitas ao **congelamento de bens e é proibido disponibilizar-lhes**, direta ou indiretamente, **fundos** ou recursos económicos ou disponibilizar esses fundos ou recursos em seu benefício. Além disso, aplica-se uma **proibição de viajar** para a UE às pessoas singulares incluídas na lista.



Habitação

Comissão Europeia terá um(a) comissário(a) com a pasta da habitação

No seu discurso no Parlamento Europeu, a agora reeleita presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen [referiu](#) que: «A Europa enfrenta uma crise de habitação que afeta pessoas de todas as idades e famílias de todas as dimensões. Os preços e as rendas estão a subir em flecha. As pessoas estão a lutar para encontrar casas a preços acessíveis. É por esta razão que, pela primeira vez, nomearei um comissário diretamente responsável pela habitação. Iremos desenvolver um Plano Europeu para a Habitação Acessível, para analisar todos os fatores que estão na origem da crise e ajudar a desbloquear o investimento público e privado necessário. Normalmente, a habitação não é vista como uma questão europeia. Alguns poderão dizer que não nos devemos envolver. Mas eu quero que esta Comissão apoie as pessoas onde é mais importante. Se é importante para os europeus, é importante para a Europa».



Indústria

Tribunal de Contas Europeu publicou o seu Relatório Especial 11/2024: Política industrial da UE para o hidrogénio renovável – Quadro jurídico praticamente todo adotado, está na hora de fazer um ponto da situação

A União Europeia não deverá cumprir os objetivos que fixou para a produção e importação de hidrogénio renovável até 2030. A Comissão Europeia tomou várias medidas positivas, mas há muitos problemas neste setor e a UE tem tido altos e baixos na criação das bases deste novo mercado. Estas são as [conclusões](#) de um relatório do Tribunal de Contas Europeu (TCE), que alerta para a necessidade de fazer um ponto da situação. Há que verificar se as metas da União são realistas, frisa o TCE, e garantir que as escolhas estratégicas para o futuro não vão reduzir a competitividade de indústrias essenciais nem criar novas dependências.

O hidrogénio renovável ou "verde" (assim chamado porque é produzido a partir de eletricidade renovável ou de matéria orgânica) pode ser muito importante para o futuro das principais indústrias da UE, dado que pode ajudar a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos setores difíceis de eletrificar, como a produção de aço, a petroquímica, o cimento e os fertilizantes. Pode também contribuir para a União atingir os seus objetivos de se tornar neutra em termos climáticos até 2050 e continuar a reduzir a dependência dos combustíveis fósseis vindos da Rússia.

Logo à partida, as metas da Comissão Europeia são demasiado ambiciosas (produzir 10 milhões de toneladas de hidrogénio renovável e importar outros 10 milhões de toneladas até 2030) e não resultam de uma análise rigorosa, mas sim da vontade política. Depois, o arranque foi difícil. Primeiro, porque cada país da UE tem ambições diferentes e nem todos concordam com as metas. Segundo, porque a Comissão não conseguiu que os países e o setor industrial remassem na mesma direção. Mesmo assim, o TCE reconhece que a Comissão propôs a maior parte das leis num período curto. O quadro jurídico está quase completo e dá a segurança essencial para a criação de um novo mercado. No entanto, demorou-se a chegar a acordo sobre o que se entende por hidrogénio renovável e muitas decisões de investimento foram adiadas. Pelo seu lado, também os promotores de projetos adiam as decisões de investimento, dado que a oferta e a procura dependem uma da outra.

A criação de uma indústria do hidrogénio da UE exige um enorme investimento público e privado, mas a Comissão não tem uma visão completa das necessidades ou dos fundos públicos disponíveis. Ao mesmo tempo, o apoio da União (18,8 mil milhões de euros entre 2021 e 2027, segundo estimativas do TCE) está espalhado por vários programas, pelo que as empresas têm dificuldade em saber que tipo de fundo é mais adequado para os seus projetos. A maior parte deste apoio vai para os países com muitas indústrias em que é difícil reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e que também têm mais projetos planeados (Alemanha, Espanha, França e Países Baixos). Contudo, ainda não há certezas de se poderem aproveitar na totalidade as possibilidades de produção de hidrogénio na União, nem de que os fundos públicos permitam que, na UE, se transporte hidrogénio verde dos países com um bom potencial de produção para os países com forte procura industrial.

O TCE avisa a Comissão que deve atualizar a sua estratégia para o hidrogénio fazendo uma avaliação atenta de três áreas importantes: como adaptar os incentivos de mercado à produção e utilização de hidrogénio renovável; como definir prioridades para atribuir o reduzido financiamento da União e decidir em que partes do setor do hidrogénio se deve focar; e quais as indústrias que a UE pretende manter e a que preço, dadas as implicações geopolíticas da produção na União em comparação com as importações do resto do mundo. Poderá aceder [aqui](#) à versão integral do Relatório Especial 11/2024.

UE dá as boas-vindas a 8 novos membros do Fórum da Parceria para a Segurança dos Minerais

A UE e os Estados Unidos [dão](#) oficialmente as boas-vindas a oito novos países membros do Fórum da Parceria para a Segurança dos Minerais (MSP), a nova plataforma internacional de cooperação em matéria de matérias-primas críticas (CRM), lançada em abril de 2024. Ao participarem numa reunião virtual do Fórum MSP, os novos membros (Argentina, México, Peru, Uzbequistão, Ucrânia, Gronelândia, Cazaquistão e Namíbia) estão a reforçar e a diversificar significativamente o objetivo do Fórum de estabelecer parcerias com países ricos em recursos e países com elevada procura desses recursos, a fim de explorar projetos mutuamente benéficos.



Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social, Migrações, Cidadania

Crianças em risco de pobreza ou exclusão social em 2023

Em 2023, quase 20 milhões de crianças na UE [estavam](#) em risco de pobreza ou exclusão social. Este valor representava 24,8% das crianças com menos de 18 anos, mantendo-se relativamente estável em comparação com 2022, com apenas um ligeiro aumento de 0,1 pontos percentuais (pp). Ao nível dos países, em 2023, os valores mais elevados foram registados na Roménia (39,0%), Espanha (34,5%) e Bulgária (33,9%). Em contrapartida, a Eslovénia (10,7%), a Finlândia (13,8%) e os Países Baixos (14,3%) registaram as percentagens mais baixas.

76 695 pedidos de asilo em abril de 2024

Em abril de 2024, 76 695 requerentes de asilo pela primeira vez (cidadãos de países terceiros) [solicitaram](#) proteção internacional em países da UE, o que representa um aumento de 12 % em relação a abril de 2023 (68 535). Registaram-se também 7 260 requerentes subsequentes, o que representa um aumento de 26 % em comparação com abril de 2023 (5 750). Em abril de 2024, os sírios continuaram a ser o maior grupo de pessoas que pediram asilo (12 075 requerentes pela primeira vez). Seguiram-se-lhes os venezuelanos (6 125) e os afegãos (5 610).

A Alemanha (18 585), a Espanha (15 430), a Itália (13 485) e a França (10 505) continuaram a receber o maior número de requerentes de asilo pela primeira vez, representando 76 % de todos os requerentes pela primeira vez na UE. Em abril de 2024, o total de requerentes de asilo pela primeira vez na UE era de 17,1 por cada cem mil pessoas. Em comparação com a população de cada país da UE (em 1 de janeiro de 2024), as taxas mais elevadas de requerentes pela primeira vez foram registadas em Chipre (163,6), seguido da Irlanda (37,9), Grécia (36) e Espanha (31,7). Em abril de 2024, 2 790 menores não acompanhados pediram asilo pela primeira vez na UE, sendo a maioria proveniente da Síria (935) e do Afeganistão (405). O país da UE que recebeu o maior número de pedidos de asilo de menores não acompanhados foi a Alemanha (1 165), à frente dos Países Baixos (455).



Instituições & União Europeia

Parlamento Europeu inicia a décima legislatura

O Parlamento Europeu [foi](#) oficialmente constituído esta terça-feira, em Estrasburgo, na sequência das eleições europeias de 6 e 9 de junho. A presidente cessante Roberta Metsola (PPE, Malta) presidiu à abertura da sessão. Após um momento musical, Pina Picierno (S&D, Itália), segunda vice-presidente anunciou os candidatos à Presidência do Parlamento. A votação, por escrutínio secreto em papel, começou logo depois do início da sessão. Oito deputados eleitos por sorteio supervisionam o processo.

Na décima legislatura, o Parlamento Europeu terá 720 lugares, mais 15 do que no final da legislatura anterior: 52% dos deputados são estreantes (em 2019, a percentagem de recém-chegados era de 61%) e 39% são mulheres (40% em 2019). Lena Schilling (23 anos, Grupo dos Verdes), da Áustria, é o deputado mais jovem, enquanto Leoluca Orlando (77 anos, Grupo dos Verdes), de Itália, é o mais velho. A média de idade dos eurodeputados é 50 anos. No início da décima legislatura existem oito grupos políticos, mais um grupo do que na legislatura anterior. Trinta e dois deputados não estão inscritos em qualquer grupo político.

Ursula von der Leyen reeleita presidente da Comissão Europeia

A atual presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, [foi reeleita](#) com 401 votos a favor e 284 contra. Este será o segundo mandato de Ursula von der Leyen como presidente da Comissão Europeia, que foi eleita pela primeira vez em julho de 2019. O Parlamento é atualmente composto por 719 deputados, sendo necessária uma maioria de 360 votos. Por voto secreto, em papel, 401 deputados mostraram-se a favor da eleição de Ursula von der Leyen, 284 contra e 15 votaram em branco. Sete boletins foram considerados nulos. Antes da votação, Ursula von der Leyen apresentou as suas prioridades políticas para os próximos cinco anos, tendo-se seguido um [debate com os membros do Parlamento Europeu](#).

Após o anúncio dos resultados, a presidente eleita da Comissão Europeia e a presidente do Parlamento Europeu deram uma [conferência de imprensa conjunta](#). A presidente eleita da Comissão convidará os chefes de Estado ou de Governo dos países da UE a apresentar os seus candidatos a comissários europeus. Após o verão, o Parlamento Europeu organizará audições com os candidatos nas comissões competentes. O colégio completo de comissários deverá ser aprovado pelo Parlamento. Para mais informações, consulte o [dossiê de imprensa do Parlamento](#).

Roberta Metsola reeleita presidente do Parlamento Europeu

Os eurodeputados [reelegeram](#) Roberta Metsola (PPE, Malta) como presidente do Parlamento Europeu até 2027, com 562 votos. Roberta Metsola venceu na primeira volta, recebendo uma maioria absoluta de 562 votos expressos dos 699 eurodeputados que procederam à votação em urna fechada. Roberta Metsola continuará a liderar o Parlamento Europeu na primeira parte (dois anos e meio) da 10.ª legislatura.

Nascida em Malta em 1979, Roberta Metsola é desde 2013 deputada do Parlamento Europeu. Foi [eleita primeira vice-presidente em novembro de 2020](#) e presidente em exercício após o falecimento do então presidente David Sassoli, em 11 de janeiro de 2022. Em 18 de janeiro de 2022, foi [eleita presidente para a segunda metade da nona legislatura](#). É a terceira mulher presidente do Parlamento Europeu, depois de [Simone Veil](#) (1979-1982) e Nicole Fontaine (1999-2002).

Composição das comissões e subcomissões do Parlamento Europeu

A composição das comissões e subcomissões do Parlamento Europeu para a décima legislatura [foi anunciada](#), esta sexta-feira, em sessão plenária. Os grupos políticos e os deputados não inscritos nomearam os membros para cada uma das comissões e subcomissões permanentes do Parlamento, na sequência da [decisão sobre a sua estrutura e dimensão](#), na passada quarta-feira. [Lista das comissões e subcomissões do Parlamento Europeu](#). [Deputados portugueses no Parlamento Europeu](#).

Parlamento Europeu elege os seus novos vice-presidentes

Os eurodeputados [elegeram](#) os seus vice-presidentes para a nova legislatura, com 11 eleitos na primeira volta. Os 14 vice-presidentes e cinco questores, juntamente com a presidente, constituem a [Mesa do Parlamento](#). A Mesa define as regras para o bom funcionamento do Parlamento, elabora o anteprojeto de orçamento da instituição e decide sobre questões administrativas, de pessoal e de organização.

Cada vice-presidente ou questor tem responsabilidades específicas, que são atribuídas pela presidente. Para além das suas funções na Mesa, os vice-presidentes podem substituir a presidente na condução dos debates em sessão plenária e na representação do Parlamento em cerimónias ou atos específicos, quando necessário. Os questores tratam de questões administrativas que afetam diretamente os deputados e são membros da Mesa a título consultivo. Ao elegerem os membros da Mesa, os grupos políticos procuram assegurar que os vice-presidentes e os questores refletem amplamente a dimensão dos grupos e os resultados da votação da eleição da presidente.

O [Regimento do Parlamento](#) define a forma como os membros da Mesa são eleitos. No que respeita à eleição da presidente, as nomeações são apresentadas por um grupo político ou por um grupo de deputados que atinja o limiar baixo (1/20.º dos deputados). Os vice-presidentes são eleitos numa única votação, por maioria absoluta dos votos expressos. Se o número de candidatos aprovados for inferior a 14, é realizada uma segunda volta para os restantes lugares, nas mesmas condições. Se for necessária uma terceira volta, é suficiente uma maioria simples. Os vice-presidentes têm precedência pela ordem em que são eleitos e, em caso de empate, pela idade. Se for votado por aclamação, uma votação secreta determina a ordem de precedência. A eleição dos Questores segue um procedimento idêntico ao da eleição dos vice-presidentes.

José Manuel Bolieiro felicita os eurodeputados açorianos que iniciaram funções no Parlamento Europeu

O presidente do Governo Regional dos Açores, José Manuel Bolieiro, [felicita](#) os eurodeputados açorianos eleitos ao Parlamento Europeu, Paulo do Nascimento Cabral, André Rodrigues, Ana Martins e Catarina Vieira, que hoje iniciaram funções, após as eleições do passado dia 9 de junho. “Estou confiante de que, no desempenho das suas funções, serão fortes defensores das nossas aspirações na União Europeia, nesta projeção atlântica que representamos”, afirma José Manuel Bolieiro. “A presença de eurodeputados conhecedores da realidade dos Açores é fundamental para a defesa dos interesses da nossa Região em Bruxelas e em Estrasburgo”, acrescenta o governante.

O presidente do Governo dos Açores reafirmou ainda o compromisso do Governo em colaborar com os novos eurodeputados de forma a garantir que as prioridades dos Açores sejam levadas em consideração no processo de decisão da União Europeia. José Manuel Bolieiro congratulou também Roberta Metsola pela sua reeleição como Presidente do Parlamento Europeu, afirmando este ser “um sinal de confiança na sua liderança e na sua capacidade em tempos tão desafiantes”.

Declaração sobre a demissão dos comissários Vălean e Sinkevičius da Comissão Europeia

A comissária Vălean e o comissário Sinkevičius [informaram](#) a presidente von der Leyen que decidiram demitir-se da Comissão Europeia, a fim de assumirem o seu lugar no Parlamento Europeu, para o qual foram eleitos. A comissária Vălean e o comissário Sinkevičius demitiram-se com efeitos a partir de 15 e 16 de julho, respetivamente. A fim de assegurar a continuidade do trabalho da Comissão, a presidente decidiu atribuir temporariamente as responsabilidades pelo Ambiente, Oceano e Pescas ao vice-presidente Executivo Šefčovič, para além da sua atual pasta. Pela mesma razão, a presidente decidiu também atribuir temporariamente as responsabilidades em matéria de Transportes ao comissário Hoekstra, para além da sua atual pasta.

Parlamento Europeu elege a Mesa para a décima legislatura

Os eurodeputados [escolheram](#) a nova Mesa do Parlamento, esta terça e quarta-feira, tendo sido eleitos os 14 vice-presidentes e cinco questores para a primeira metade da nova legislatura. Na terça-feira, numa votação secreta por escrutínio em papel, foram eleitos 11 vice-presidentes na primeira volta e três na segunda e última volta. A votação dos questores decorreu quarta-feira, em duas voltas, por votação eletrónica secreta. A [Mesa](#) é o órgão diretivo regulamentar do Parlamento Europeu.

Parlamento confirma a lista e a dimensão das suas comissões e delegações

Na quarta-feira, os eurodeputados [aprovaram](#) a proposta relativa ao número de membros das 20 comissões e quatro subcomissões parlamentares, bem como das 48 delegações permanentes do Parlamento Europeu. As comissões reúnem-se em público (a menos que as regras estabeleçam o contrário). O seu trabalho consiste em elaborar, alterar e votar propostas legislativas e relatórios de iniciativa, bem como em realizar debates com os representantes do Conselho e da Comissão Europeia, audições com peritos externos e organizar missões de informação. O Parlamento Europeu vai desempenhar um papel crucial nas próximas audições dos Comissários indigitados. O Parlamento pode criar subcomissões e comissões temporárias especiais para tratar de questões específicas e pode também criar comissões de inquérito para investigar alegações de má administração do direito comunitário. A Conferência dos Presidentes das Comissões coordena o seu trabalho.

Eurodeputados debatem com Ursula von der Leyen antes de votarem recondução

Ursula von der Leyen [apresentou](#) no Parlamento Europeu as suas [prioridades para um novo mandato](#), seguindo-se um debate com os eurodeputados. A candidata a um novo mandato para presidente da Comissão Europeia apresentou a sua visão para uma Europa mais forte e próspera. As principais iniciativas incluem um novo Pacto Ecológico Industrial, para impulsionar a descarbonização e o crescimento industrial, e um Fundo Europeu para a Competitividade, para impulsionar a inovação. Ursula von der Leyen anunciou que iria reforçar a segurança, duplicando os funcionários da Europol e triplicando o número de guardas costeiros e de fronteira europeus, para 30 000. Propôs ainda um Escudo Europeu para a Democracia, para combater a manipulação da informação e a ingerência por parte de agentes estrangeiros, e um Plano Europeu de Habitação a Preços Acessíveis.

Ursula von der Leyen sugeriu igualmente um plano para a agricultura, a fim de dar resposta à necessidade de adaptação às alterações climáticas, e um roteiro para os direitos das mulheres. Afirmando que «devemos permitir que os jovens tirem o máximo partido das liberdades da Europa», salientou a importância do programa Erasmus+, da saúde mental e da resolução de questões relacionadas com o tempo de ecrã e as redes sociais, incluindo as práticas de dependência.

A área da defesa foi dada particular importância, com a proposta para a criação de um novo cargo de comissário da Defesa, com a missão de impulsionar a União Europeia da Defesa. No hemiciclo, Ursula von der Leyen defendeu a necessidade de a UE ter um sistema de defesa aérea abrangente – um escudo aéreo europeu – para proteger o espaço aéreo e «como um forte símbolo da unidade europeia em matéria de defesa». A nomeada pelo Conselho Europeu para a Comissão reiterou o apoio inabalável da UE à Ucrânia, reafirmando que «a Europa estará ao lado da Ucrânia pelo tempo que for necessário».

Entre as novas pastas de comissário anunciadas contam-se: a Habitação, para fazer face à crise da habitação no continente; o Mediterrâneo, a fim de promover a estabilidade e a cooperação regionais; e equidade intergeracional, a fim de assegurar que as políticas tenham em conta as necessidades das gerações futuras.



Conselho da UE adota atos sobre o novo acordo de pesca UE-Cabo Verde

O Conselho da UE adotou sem debate os atos legislativos sobre o novo acordo de pesca UE-Cabo Verde. O novo protocolo abrange um período de cinco anos a contar da data de aplicação provisória. O novo protocolo autoriza os seguintes navios da UE a pescar atum nas águas de Cabo Verde: 24 atuneiros cercadores (14 para Espanha e 10 para França), 22 palangreiros de superfície (Espanha: 17; Portugal: 5) e 10 navios de pesca à linha (Espanha: 6; França: 3; Portugal: 1). A contribuição financeira da UE para a totalidade do período de vigência do Protocolo ascende a 3,9 milhões de euros, ou seja, 780 000 euros por ano.



Linha de alta velocidade entre Lisboa e o Porto é um dos projetos selecionados para investimento recorde da UE de 7 mil milhões de euros em infraestruturas de transportes

A Comissão Europeia [selecionou](#) **134 projetos** que vão receber mais de **7 mil milhões de euros de subvenções da UE** provenientes do [Mecanismo Interligar a Europa \(MIE\)](#), o programa da UE para investimento em infraestruturas de transportes. Trata-se do maior convite à apresentação de propostas no âmbito do atual programa MIE Transportes. **Portugal receberá um financiamento de mais de 900 milhões de euros** para cinco projetos, um dos quais nacional, sendo os restantes projetos plurinacionais com participação de uma entidade nacional. O projeto português diz respeito à construção da primeira fase da **nova linha de alta velocidade entre Lisboa e o Porto**, abrangendo 142 km de obras ferroviárias e 51 km de novas ligações em via única e que terá como principais benefícios o reforço da qualidade e da interoperabilidade da rede de alta velocidade, permitindo uma futura ligação ferroviária entre Portugal e Espanha e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Perto de 83 % do financiamento total será destinado a projetos que concretizem os **objetivos climáticos da UE**, melhorando e modernizando a rede de caminhos de ferro, vias navegáveis interiores e rotas marítimas da UE ao longo da [rede transeuropeia de transportes \(RTE-T\)](#). Cerca de **80 % dos 7 mil milhões de euros** irão para projetos ferroviários. Vários projetos visam igualmente

aumentar a capacidade dos [corredores solidários UE-Ucrânia](#) criados para apoiar as importações e exportações entre a Ucrânia e a UE. Os projetos de gestão do tráfego aéreo continuarão a desenvolver o céu único europeu para que o transporte aéreo se torne mais eficiente, mais seguro e mais sustentável.



Proteção Civil

UE mobiliza ajuda para combater os incêndios florestais na Macedónia do Norte e na Bulgária

Em resposta aos pedidos urgentes de assistência na luta contra os graves incêndios florestais recebidos da Macedónia do Norte e da Bulgária, [foi ativado](#) o Mecanismo de Proteção Civil da UE. A Macedónia do Norte está a receber um helicóptero da Sérvia, dois helicópteros da Eslovénia, duas aeronaves e um helicóptero da Turquia e uma aeronave da frota de combate a incêndios *rescEU* da Croácia. A Bulgária está também a receber dois helicópteros da República Checa, um dos quais da frota de combate a incêndios do *rescEU*.

Assinatura de contrato para aquisição de aviões *Canadair*

A aquisição de dois aviões bombardeiros pesados DHC-515, pela Força Aérea Portuguesa, inclui formação, infraestruturação e equipamentos, no âmbito do programa de edificação da capacitação própria do Estado. Este investimento [será participado](#) por fundos europeus no valor de 100 000 000 de euros. As duas aeronaves têm por missão reforçar os meios próprios do Estado para a missão de combate aos incêndios rurais, sendo entregues à Força Aérea Portuguesa previsivelmente a partir de 2029. A cerimónia contou com a presença do chefe de Representação da Comissão Europeia Adjunto, António Vicente, do ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, da ministra da Administração Interna, Margarida Blasco, e do chefe do Estado-Maior da Força Aérea, General João Cartaxo Alves.



Saúde

Declaração da Comissão Europeia sobre os acórdãos do Tribunal Geral nos processos de acesso a documentos relativos aos acordos de compra de vacinas contra a COVID-19

A Comissão [toma](#) nota dos acórdãos do Tribunal Geral nos dois processos ([Processo T-689/21 | Auken e Outros contra a Comissão](#) e [Processo T-761/21 | Courtois e Outros contra a Comissão](#)) relativos ao acesso aos contratos de vacinas contra a COVID-19 e às informações conexas. A Comissão analisará cuidadosamente os acórdãos do Tribunal e as suas implicações. Nos seus acórdãos, o Tribunal Geral segue a Comissão na maioria dos pedidos. Em especial, reconhece que a proteção do interesse comercial abrange as cláusulas dos contratos relativas: a) à localização dos locais de produção; b) às disposições sobre direitos de propriedade intelectual; c) às disposições sobre adiantamentos ou pagamentos antecipados; d) ao acesso aos calendários de entrega.

O Tribunal Geral confirmou que a Comissão só tinha o direito de conceder um acesso parcial. O Tribunal Geral só deu provimento parcial à ação judicial em dois pontos. Considerou que a Comissão deveria ter fornecido mais explicações para justificar a recusa de acesso a determinadas disposições dos contratos. Decidiu igualmente que a Comissão deveria ter fornecido os dados pessoais relativos aos membros das equipas de negociação, compostas por representantes dos Estados-Membros e funcionários da Comissão.

Em geral, a Comissão concede o mais amplo acesso público possível aos documentos, em conformidade com os princípios de abertura e transparência. Nestes casos, a Comissão teve de encontrar um equilíbrio difícil entre o direito do público, incluindo os deputados do Parlamento Europeu, à informação e os requisitos legais decorrentes dos próprios contratos relativos à COVID-19, que poderiam resultar em pedidos de indemnização à custa do dinheiro dos contribuintes. De facto, em muitos casos no passado, o Tribunal de Justiça reconheceu a necessidade de proteger os interesses comerciais de um parceiro contratual. Em todo o caso, a Comissão forneceu ao Parlamento Europeu (ao abrigo do Acordo-Quadro sobre as relações entre as duas instituições) informações completas sobre os contratos de vacinas contra a COVID-19. De acordo com o seu papel institucional, a Comissão é responsável por garantir a ausência de qualquer conflito de interesses e tem igualmente o dever de proteger a privacidade e os dados pessoais das pessoas em causa. Nesta fase, a Comissão reserva-se as suas opções legais.

Mais no Parlamento Europeu:

[Calendário para 2024 e 2025.](#)



OPORTUNIDADES DE EMPREGO, TRABALHO OU FORMAÇÃO EM BRUXELAS

Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, conseqüentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Mercado Português](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement, Colocation, Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda: Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:



Açores



Agricultura, Alimentação e Ruralidade



Ambiente



Coesão e solidariedade interna da UE



European Investment Bank BEI



Biológico



Economia, Comércio, concorrência



Conselho Europeu / Conselho



Comissão Europeia



Comité das Regiões Europeu CoR



Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBDC – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – [Perguntas e Respostas](#) | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!